

ACTA Nº 5
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2006

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, na Vila de Borba e no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 21:00 h, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do dia

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 3 da sessão de 17 de Fevereiro de 2006

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Alteração ao Anexo A do Regulamento de Venda de Lotes do Loteamento Habitacional do Forno - Orada.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

Verificou-se a presença dos seguintes membros: António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, Verónica da Conceição Pereira Freire (que prestou juramento), Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria João Lopes Cavaco, Manuel Filipe Prates, Jerónimo João Pereira Cavaco, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Augusto Manuel Bilro Guégués, Sérgio João Pécurto Gazimba, Norberto João Figueiras Alpalhão, Vítor José Guégués, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, António Joaquim Moura Lopes, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo e José António Carapeto Dias, António José Barroso Paixão.

Verificaram-se as ausências dos membros Joaquim Manuel Cardoso (anexo 1) e João Manuel Rato Proença (anexo 2) que justificaram as suas faltas.

Terminada a chamada a Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da sessão.

PONTO UM: Período de Antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O Membro Jerónimo Cavaco (2º Secretário da Assembleia Municipal) cumprimentou os presentes e, referiu que nada de relevante havia a assinalar. No entanto, informou que as pastas estavam presentes para consulta dos deputados.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Presidente da Assembleia Municipal – perguntou aos Senhores deputados se estavam interessados em usar da palavra.

O Membro Maria João Cavaco – cumprimentou os presentes e, informou que os eleitos do PSD queriam apresentar uma moção (anexo 5), a qual passou a ler.

O Membro Mário de Deus – Cumprimentou os presentes e, pediu cinco minutos de intervalo para que se pudesse conversar sobre a respectiva moção.

O Membro Mário de Deus – pediu a palavra para referir que não havia tido esperança aquando propôs os cinco minutos de intervalo. Na sua opinião, a moção não foi redigida nos melhores termos, pelo menos para que os membros eleitos pelo PS a votassem a favor. Acrescentou ainda, que a moção provocava algumas reacções na bancada do PS.

O Membro António Anselmo – Na sua opinião a moção não fazia sentido, pois não havia votado no actual Presidente da República, mas deixou claro que respeitava quem nele tinha votado. Informou, que não iria votar contra a moção por ser contra o seu espírito democrático, mas obviamente que se iria abster. Embora ache que a Assembleia de Borba é constituída por pessoas bem formadas, entende que se continua a perder muito tempo com pequenas coisas, que nada de bom trazem a Borba.

O Membro Joaquim Veiga – transmitiu que se a moção fosse para cumprimentar o Senhor Professor Aníbal Cavaco e Silva, eleito Presidente da República, até poderia concordar, mas não têm que se congratular, nem tem congratulação nenhuma. Pois havia sido apoiante a outro candidato e, continua a achar que o candidato que apoiou seria na sua opinião o melhor para o País. Como tal, informou que iria votar contra a referida moção.

O Membro Maria João Cavaco – sublinhou que ainda há poucos momentos se tinha falado de democracia. Na sua opinião, devia haver respeito por uma força minoritária, pois o PSD tem o máximo respeito por todas as forças políticas. Adiantou ainda, que os Senhores Deputados tinham formas de fazer a sua votação. Podiam abster-se ou votarem contra, mas dispensando todos os comentários ouvidos.

O Membro Joaquim Veiga – informou que não queria entrar em polémica. Referiu uma vez mais, que respeita, que aceita o resultado das eleições, mas que não se congratulava. Terminou, dizendo que gostava mais que tivesse sido o seu candidato a ganhar as eleições.

O Membro Rui Bacalhau – Cumprimentou os presentes. Seguidamente, lembrou que na última Sessão da Assembleia Municipal, havia uma intervenção de um deputado do PSD, na qual se referia que existiam outros assuntos a tratar, existia uma agenda de trabalhos para cumprir, que se devia cumprir e, aceitar-se todas as ideias construtivas e aliciantes. Disse ainda, que na sua opinião a referida moção nada tinha de criativa e aliciante, para que se perdesse tempo com ela. Como tal, informou que o seu sentido de voto iria na abstenção.

O Membro Vítor Guégués – iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Seguidamente, informou que o PSD tinha apresentado a referida moção, sem pretender entrar em polémicas, apenas apelando ao voto de congratulação. Sabia que a democracia permitia aos Senhores Deputados, votarem contra ou absterem-se. Referiu que, não havia sido o PSD a entrar em polémicas, nem havia sido o PSD a pedir cinco minutos para a reflexão do documento. Disse ainda, que Borba tinha votado no Professor Aníbal Cavaco e Silva com uma excelente votação e, por isso mesmo havia liberdade de se expressarem, ou não, um voto de congratulação por ser um Presidente da República Português.

O Membro António Paixão – Expressou a sua opinião, frisando que no seu entendimento não havia falta de democracia e, não era pelo facto de alguns deputados já se terem manifestado contra o voto de congratulação pela eleição do Professor Cavaco Silva que existia falta de democracia. Explicou que votaria contra, pois não podia congratular-se pela eleição de um Presidente da República, tendo ele apoiado outra candidatura.

O Membro Carlos Cabral – iniciou a sua intervenção com um agradecimento aos dois membros do PSD, porque lhe haviam concedido a liberdade de votar contra, ou abster-se na moção que estava a ser discutida. Disse que seria uma hipocrisia da sua parte, se não votasse contra, pois, a democracia é uma coisa, e as ideias pessoais são outra. No seu ponto de vista, não se pode nunca ser incoerente com os valores que cada um defende. Na sua opinião, a moção estava fora de tempo e, ainda mais porque a eleição do Presidente da República é um acto democrático. Embora, frisasse que não acredita na eleição do Presidente de todos os Portugueses. Na sua opinião, não existe Presidente de todos os Portugueses, pois são eleitos de acordo com as suas ideologias, as suas ideias, as suas formas políticas e, por isso é que há a democracia. Informou que em Borba, quem havia ganho as eleições, havia sido o Senhor Manuel Alegre e aí sim, se congratulava.

O Presidente da Assembleia Municipal – referiu que tinha tanto respeito pelo actual chefe do Estado, como, pelo seu antecessor, partindo do princípio que se vive em democracia, e a prova disso era a discussão que estava presente. Disse que não haveria coerência da sua parte, se votasse a favor de tal moção, pois não partilha da ideologia política do actual Presidente da República, como tal o seu voto tinha que ser contra. Informou que a mesa da Assembleia recebe e aceita qualquer documento, dos membros do PSD, com a mesma democracia que o aceita de uma outra força política aqui representada.

O Membro Mário de Deus – pediu a palavra para poder reafirmar os princípios da bancada do PS. Referiu que havia pedido os cinco minutos de intervalo para que se pudesse digerir o efeito-surpresa que a moção havia causado. Na sua opinião, a moção não veio no tempo e, não considera democracia, levar-se constantemente com o resultado das eleições. Assim, como não considera democracia, levar-se alguém a votar certas moções. Adiantou ainda, que era fácil prever o tipo de actuação escolhido pelo PSD, ou seja, não iriam escolher Borba, as questões importantes para Borba. Disse estar habituado a receber este tipo de coisas pela esquerda, mas que agora vinham da direita.

O Presidente da Assembleia Municipal – não havendo mais inscritos, colocou o documento à votação. A moção não foi aprovada por 11 votos contra, 2 votos a favor e 6 abstenções.

O Membro Maria João Cavaco – pediu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que revisse a ordem pela qual se encontram repartidas as forças políticas, pois os eleitos do PSD gostariam de sentar em lugares contínuos. Petição que ficará anexada com (anexo 6).

O Presidente da Assembleia Municipal – disse à Deputada Maria João que já havia falado com ela sobre o assunto e, que na próxima Sessão o assunto seria tratado.

O Membro Joaquim Veiga – informou que concordava com a petição, uma vez que torna mais equilibrado o funcionamento dos grupos municipais.

O Presidente da Assembleia Municipal – respondeu que o assunto já havia sido falado com os membros da mesa e, para os quais não havia nenhum impedimento.

O Membro Carlos Cabral – referiu que era uma questão que devia ser discutida com os 3 grupos municipais, para evitar que todos se quisessem sentar ao lado uns dos outros. Entendeu que era uma questão que não podia ser discutida entre um grupo municipal e o Senhor Presidente da Assembleia, mas sim, entre os 3 grupos municipais e a mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal – respondeu dizendo que se houvesse interesse em se discutir o assunto, seria discutido no momento. Mas, no seu entender esse assunto deveria ser tratado posteriormente.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal – Perguntou se havia alguém do público interessado em usar da

palavra. Como não houve inscrições, passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 3 da sessão de 17 de Fevereiro de 2006

O Presidente da Assembleia Municipal – informou o Membro Vítor Guégués que havia tido razão, quando na reunião anterior se manifestou sobre a palavra que faltava na acta, pois tinha ouvido a cassette e já havia feito a respectiva alteração.

O Membro Vítor Guégués – agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia pela correcção. Disse já saber, pois já tinha tido oportunidade de consultar o site da Câmara de Borba e, verificado que a incorrecção já havia sido corrigida. Comunicou aos Senhores Presidentes que votaria contra a presente acta e, que apresentaria declaração de voto. Isto, porque se lembrava que na última sessão tinha questionado o Presidente da Câmara relativamente ao ponto da existência de planos de factoring que de alguma forma pusessem em causa o endividamento da Câmara Municipal de Borba, que representassem juros no futuro e, lembrava-se perfeitamente que o Senhor Presidente da Câmara, lhe havia respondido que não existiam os referidos planos de factoring. Terminou dizendo, que ao ler a acta em discussão, essas palavras não estavam expressas e, ao constatar que na conta de gerência são uma existência, iria votar contra.

O Presidente da Câmara Municipal – respondeu que, havia dito que obviamente, quem tinha elaborado o documento e, não tinha sido ele próprio - se os planos existissem, com certeza estariam lá. Frisou ainda, que não é um hábito seu mentir à Assembleia, portanto, se realmente não existiam, é sua obrigação confiar nos serviços.

O Membro Rui Bacalhau – pediu que vissem a página 11 da referida acta, pois, era-lhe imputado uma expressão “defendeu-se”, a qual ele não concordava, não achava a palavra correcta na sua intervenção, dado que na sua opinião não há defesas em democracia. Pediu ainda, que na página 14, fosse alterada a sua intervenção, pois ele concordava com os bancos de ajuda técnica. Mas, o que estava escrito na sua intervenção era que não concordava, como tal, pediu a rectificação.

O 2º Secretário da Assembleia – disse não ser fácil elaborar actas de sessões da Assembleia Municipal. Informou que, a Mesa tinha optado por alterar o que vinha sendo prática em relação à transcrição das actas. Adiantou ainda, que não era pretensão da Mesa retirar o grau que era dado pelos deputados ao texto, ou a entoação que foi dada ao mesmo. Referiu ainda, que se tentava sempre retirar das transcrições as ideias fundamentais, expressá-las nas acta e, que a Mesa estava sempre aberta a melhorias, ou sugestões, no sentido de se levar a acta a um testemunho fiel daquilo que foram as intervenções de cada um dos deputados. Quanto ao membro Rui Bacalhau, disse que a rectificação seria feita. Terminou dizendo, que concordava com a forma como eram feitas as actas na legislatura anterior, mas, que a presente Mesa da Assembleia, estava a tentar resumir as actas, para que se pudesse ter uma leitura mais rápida e mais concreta.

O Membro Joaquim Veiga – disse que por coerência com o passado, era da opinião que as actas deviam ser uma transcrição quase integral de tudo o que foi dito. Isto porque, como não existe um diário e, como as gravações futuramente desaparecem é correcto na sua opinião que, a acta seja exaustiva, que seja tipo diário. Referiu que, tudo o que seja dito por si fique em acta, se tal não acontecer, votará contra nas actas futuras, pois não quer sujeitar-se a que alguém interprete aquilo que disse. Entende que as ideias fundamentais têm que constar da acta, por não existir diário.

O Presidente da Assembleia Municipal – colocou a acta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções.

O Membro Vítor Guégués – apresentou declaração de voto (anexo 7).

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.

O Presidente da Assembleia Municipal – deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal – referiu que a análise que iria ser feita por si, seria apenas uma análise política, pois a análise técnica seria feita pelos técnicos. E, em termos políticos, disse que quando havia tomado posse, traçou objectivos e metas, e assumiu desde o primeiro dia de mandato que não estava cá para pagar dívidas, mas sim, para executar um plano que tinha para o concelho e, contrair as dívidas que fossem possíveis serem contraídas. Mas, não deixaria de avançar com o projecto do PS, porque a Câmara tinha um endividamento. Esclareceu que a dívida tinha aumentado, porque o plano tinha estado e, estava em marcha. Em relação ao relatório de gestão, disse que havia sido feito pelos técnicos, foi conseguido com grande esforço e, é um trabalho de qualidade, mas, também é seu conhecimento que não existem coisas perfeitas. Assumiu que as coisas não estão perfeitas, reconhecendo alguns erros. Referiu que, gostaria de ter um documento bem melhor, mas infelizmente, só está melhor, pois a empresa com quem se trabalhava foi vendida e comprada por uma outra e, estas coisas têm o seu transtorno. Em relação às linhas estratégicas de desenvolvimento foram cumpridas rigorosamente de acordo com o que se tinha traçado. Uma dessas linhas era apostar na criação de instrumentos de planeamento e, o PDM está praticamente concluído, o que levará a ser feita uma Assembleia extraordinária no próximo mês de Maio para a sua aprovação. Ainda, o estudo global da Unor e plano pormenor do Alto dos Baceiros, concluído. PIER um estado muito avançado, plano pormenor da zona norte da Vila, projecto urbanístico da ZH1, planos de urbanização de Orada e S. Tiago, portanto, isto mostra que aquilo que se havia definido foi feito. Assim como, a realização de grandes eventos promocionais do concelho, a criação da Feira das Ervas na Orada, a participação de várias feiras temáticas, é sua opinião que se fez o que havia sido previsto. Invocou ainda, as descentralizações, os protocolos com as Juntas de Freguesia, com as instituições sociais, culturais e desportivas. Uma outra linha estratégica, era a aposta na preservação do ambiente – qualidade de vida das populações, e para isso basta ver-se o trabalho efectuado no parque temático (jardim municipal). Referiu ainda uma série de obras e melhoramentos. Uma outra linha, era a aposta na cultura e no desporto e, obviamente que isso foi conseguido também. Não esquecendo o cartão do idoso, o cartão do jovem, o plano de melhoramento das habitações. Na sua opinião muito mais ainda há para fazer. Não quis deixar de mencionar os problemas com a saúde, mas, disse que a pressão continuaria, para que quem manda os conseguisse solucionar. Mas, informou que o projecto do centro de saúde está concluído. Foram notáveis também as melhorias das acessibilidades e o trânsito no concelho, dando exemplos disso. Chamou também a atenção para o que se fez em termos do Évora-digital, além de investimento na nossa Câmara, nomeadamente ao nível da modernização dos serviços, cujo estudo está a ser feito pela empresa que realizou a auditoria à Autarquia. Infelizmente, lamentou ainda não ter sido possível avançar-se com empresas municipais, mas, espera que o possa vir a fazer. Quanto à análise orçamental, ao nível de execução orçamental da receita, verifica-se que em termos de receita corrente corresponde 85.31% de receita corrente prevista, em termos de receita de capital o previsto 11 milhões de euros, tendo sido arrecadado 34.77%. Quanto à despesa, verifica-se que em termos de despesas corrente, a despesa paga representou 89% do previsto e, a despesa de capital representou 28.92%. Em termos de execução de anual do plano plurianual de investimentos, verifica-se que foram executados 24.35%. Concluiu que a autarquia executou cerca de 28% do inicialmente previsto, menos 2% em relação ao ano anterior, justificados pelos condicionalismos existentes. Em relação às despesas correntes do ano em vigor notou-se um acréscimo, isto porque o pessoal aumentou e, deu alguns exemplos para que se percebesse a necessidade de contratar pessoal. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara fez alguns esclarecimentos sobre as verbas transcritas no documento em discussão, não esquecendo as dívidas a terceiros. Em relação à análise de demonstração de resultados disse estar bem espelhada no documento presente e, que se estava a tentar reduzir o mais possível, e a diferença era notável. Em relação aos custos com o pessoal, via-se um ligeiro aumento resultante dos estagiários, dos programas ocupacionais de emprego e com participações de saúde do pessoal do quadro. Em termos de resultado líquido, o

Senhor Presidente mencionou a melhoria obtida. Terminou dizendo, que tendo em conta as obras realizadas durante o mandato, não lhe parecia nada de transcendente o aumento da dívida.

O Membro Vítor Guégués – Disse que, infelizmente, aquilo que havia sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara correspondia à verdade dos números expressos no documento. Mas, a sua leitura era diferente, baseada em factos concretos e, que gostava de ter a explicação dada pela técnica da Câmara. Aproveitava para cumprimentar a mesma, pois, quanto às peças financeiras, à quantidade de papel e às divulgações presentes, efectivamente é um documento com muita qualidade, mas que dá perfeitamente para ler os números de outra forma, que não aquela que leu o Senhor Presidente da Câmara. Infelizmente, ninguém gosta de olhar para os números como reflexo da acção política das Câmara Municipais e, da acção política dos gestores das mesmas. Quando se diz que o resultado líquido do exercício melhorou face ao resultado líquido do ano passado, quando o ano passado se perderam cem mil contos e, este ano se perderam noventa mil. Então, perdem-se sete mil contos em cada mês que passa na Câmara de Borba. Quando lhe é dito que as despesas correntes aumentaram um bocadinho, esse bocadinho são quinhentos mil euros (pausa para virar a cassete) quem olha, até se esquece que 2005 foi um ano de eleições e, que as despesas correntes não são capitalizáveis, como tal, não podem no balanço ser capitalizáveis como investimento. Na sua opinião, é muito fácil ter um julgamento que é profissional da pessoa que faz as contas da gestão da Câmara de Borba, a dizer que isto não é uma despesa corrente, mas sim, uma despesa de capital. Disse que o assunto só se resolvia, se alguém independente revisse as mesmas contas e que tivesse critérios objectivos, mas prefere pensar que há objectividade nas contas que foram presentes. Referiu as incoerências que a si lhe saltavam à vista, aquando do aumento das despesas correntes de quinhentos mil euros deste ano e, face ao ano passado e se obtêm um resultado líquido inferior. Quanto às demonstrações financeiras, frisou que houve um aumento de dois milhões de euros e, a sua preocupação foi saber à custa de quem. Perguntou também ao Senhor Presidente qual o prazo de pagamento das facturas da Câmara de Borba, pois no seu pensamento a Câmara devia pagar a tempo e horas, dado que seria o melhor incentivo para fixar investimento privado. Não se podem deixar as empresas a depender da Câmara Municipal de Borba, pois é uma preocupação. Não se podem criar postos de trabalho nesta situação, sendo os fornecedores a pagar o IVA do seu bolso e os juros. Questionou também outros investimentos que estão em marcha, perguntando qual o plano de viabilidade desses mesmos investimentos. Alertou o Senhor Presidente da Câmara para o facto dos fornecedores que haviam votado no executivo camarário, serem os mesmos que estão sem receber. Pois, no futuro estes valores vão ter que ser pagos por alguém e, não está a ver como, a não ser a venda de património. Existe uma dívida que também vem do passado, mas houve uma estratégia adoptada de aumentar e fazer obra. Para si alguma dessas obras é questionável no ponto de vista de rentabilidade, dando como exemplo o auditório (cinema municipal) e, perguntando quais as receitas que possam advir daí. Por isso, deu como exemplo um parque de feiras e exposições que fixa investimento internacional, que fixa investimento local, investimento privado, postos de emprego e, aí sim, ele concordava com isso. No seu ponto de vista, houve realização de obra que não era necessária e, agravando o facto de não haver dinheiro para a realização das mesmas.

O Membro Mário de Deus – informou que já vinha preparado para a intervenção anterior. Adiantou que não é fácil para quem participa há já algum tempo nas políticas locais, ouvir este tipo de intervenções. Como tal, perguntou ao membro do PSD, como era em Lisboa, pois, quem governa é o Partido Social Democrata. Parece-lhe bem que os novos tenham que ganhar e marcar o seu espaço, mas, não é necessária a arrogância técnica com que se fala de algumas coisas e, isso é que não pode ser. Exclamou que até lhe reconhecia alguma formação técnica, alguma preparação, agora, quando mistura a arrogância do saber técnico com as apreciações políticas aí, é que já não lhe reconhece direito absolutamente nenhum. Pediu ao membro Vítor Guégués que afinasse o seu discurso e que fizesse intervenções técnicas, e que tivesse também humildade nas intervenções políticas, porque se não concordava com elas, podia sempre esforçar-se. Pediu-lhe que assumisse com humildade que as opções políticas pertencem a quem de facto tem o resultado eleitoral, que o PS havia conseguido. Toda esta intervenção não era para lhe tirar o poder de intervenção, porque há que fazer política. Terminou dizendo, que a grande maioria da Assembleia não era especialista na matéria em discussão, como tal, seria bom que reduzisse a questão à importância que tem, mas que fosse breve, pois algumas questões que apontou já haviam sido discutidas com o Senhor Presidente da Câmara, com a equipa que apresentou as contas, especialmente no que dizia respeito à

dívida de fornecedores. Pois, é uma dívida muito menos significativa do que em outros concelhos, onde a força política maioritária é o PSD. Mas, frisou que gostaria que de facto não existissem dívidas a fornecedores. Concluiu, pedindo ao Deputado Vítor Guégués que não misturasse a apreciação técnica com a política.

O Presidente da Assembleia Municipal – pediu ao Senhores Deputados que fossem breves nas intervenções. Pois, ainda havia alguns membros inscritos e, o tempo gasto neste documento já era bastante significativo.

O Membro Rui Bacalhau – disse que relativamente às contas não existem muitos fundamentos técnicos para se poderem apreciar, porque a intervenção do deputado Vítor, quando diz que não foram auditadas por nenhuma empresa independente, não se pode pronunciar sobre elas, portanto tudo isto estaria em causa para ele. Logo, não valia a pena as considerações que o deputado Vítor havia feito. Mas, referiu que acredita nas contas, pois elas são o reflexo dos números, do passado, das formas como a autarquia agiu, das obras realizadas etc.... afirmou que sempre defendeu em termos de orçamento que houvesse algum rigor na apresentação do mesmo. Em termos de receitas capitalizáveis, é sua opinião que é perfeitamente entendível, o imobilizado da Câmara cresceu, cresceu substancialmente, portanto não são despesas capitalizáveis. São investimentos que foram feitos no exercício do ano de 2005 e, como são imobilizáveis, como cumprem os requisitos de despesas capitalizáveis, logo para serem imóveis foram considerados como imobilizados. E, isto é perfeitamente lógico, daí não entender a posição do deputado Vítor Guégués. Em relação aos custos com o pessoal, todos nós temos vindo a acompanhar ao longo dos anos que o poder central, tem canalizado diversas competências para as autarquias e, obviamente que os custos com o pessoal são um pouco maiores e, conseqüentemente as despesas correntes cresceram. Relativamente aos credores, é uma preocupação, mas pensamos que temos a situação controlada, pois, o principal problema é o estado quando manda fazer obras nunca se sabe quando poderá vir o dinheiro. Existe na Câmara um milhão de euros para ser recebido, obviamente que quando esse dinheiro chegar o passivo será diminuído. Tudo isto, para dizer que o resultado líquido não é análise para ninguém, pois é do conhecimento de todos como é que se atinge esse mesmo resultado. Concluiu que o resultado político é que tem que ser avaliado. Fez ainda, algumas reparações às melhorias na educação, dando alguns exemplos dessas mesmas melhorias e, referiu a importância da questão demográfica no concelho de Borba. Terminou a sua intervenção, apresentando felicitações à técnica da Câmara que havia realizado as contas.

O Membro Vítor Guégués – começou por responder ao membro Rui Bacalhau, dizendo-lhe que se fosse por questões técnicas não teria a opinião que acabava de expressar. Apontando para a página 45, numa rubrica em que foram capitalizadas despesas de higiene e limpeza, porque isto não dá valor acrescentado nenhum, ao equipamento em si (corte na gravação para virar cassete). Adiantou ainda, que a Câmara Municipal de Borba tem que financiar as suas operações e, quando o estado não as financia, tem que ser a Câmara a continuar a financiar-se, e só pode avançar para obras que sejam rentáveis. Quanto às questões mais pessoais, para com o colega do PS, lembrou-lhe algumas questões, como, o PSD ter voz, como, a arrogância ou não arrogância, como, a existência de coisas que o PSD concorde, ou não. Disse ainda, que só fala quando tem provas daquilo que diz, enquanto muitos outros falam de assuntos que nada têm a ver com aquilo que estão a defender. Assumiu não estar para criticar, ou não, e vai trabalhar necessariamente para que os seus pensamentos sejam divulgados. Agradeceu ao Membro Mário de Deus pela força espiritual que lhe havia dado há momentos e, que devia ter lutado durante muito tempo, com certeza, com alguma arrogância política e técnica quando a CDU esteve no poder. Quanto às discussões políticas, disse que o seu discurso foi eminentemente político (corte na gravação...). Referiu ainda, que não era preciso ser-se técnico para se perceber que futuramente se tinha que vender património. Frisou que as suas intervenções são para debater temas, debater estratégia, e a sua não é esta, é sim, fazer investimentos e rentabilizá-los. Pois, felizmente considera-se daqueles que aposta no seu concelho, ainda que sem incentivos para o fazer. Terminou dizendo, que gostaria que fosse entendido não de uma forma arrogante, mas de um forma pró-activa e receptiva.

O Membro Sérgio Gazimba – disse que muitos números já haviam sido ditos e, como tal, iria fazer a análise da CDU. Salientou que a dívida aos fornecedores durante o ano de 2005, simplesmente duplicou

e, que a dívida à banca também aumentou, o que fazendo as contas dá qualquer coisa como cinco mil e qualquer coisa euros por dia. Seguidamente, questionou-se e questionou o Senhor Presidente da Câmara, se havia condições financeiras para se fazer as obras que estão anunciadas. Terminou dizendo, que quanto à parte técnica revelá-la-ia na declaração de voto.

O Membro Maria João Cavaco – disse estar preocupada com as intervenções anteriores. Pois, não sabia se havia de se sentir censurada ou inibida, dado que não sabia se podia apresentar moções e não podia fazer intervenções. Perguntou, afinal estava autorizada a fazer o quê, esperava que fosse apenas um desabafo e que tudo passasse. Disse não estar ali para defender o PSD, pois era bastante crítica ao mesmo. Terminou dizendo que estava em defesa dos que nela tinham votado e, na defesa de todos os municípios do concelho e, que na próxima sessão não sentisse aquilo que de momento a entristecia, como tal, não podia deixar de o expressar.

O Presidente da Assembleia Municipal – disse que o plenário era efectivamente democrático. A moção que os membros do PSD tinham apresentado, tinha sido discutida e votada. Lamentava que fossem só dois deputados, no entanto mencionou que os 2 deputados do PSD gastavam mais tempo na discussão dos documentos que qualquer outra força política.

O Membro Vítor Guégués – agradeceu à Mesa da Assembleia pela forma aberta como esta acede a que use frequentemente da palavra.

O Membro Joaquim Veiga – pretendeu fazer uma pequena análise, história do passado, da contabilidade pública em Portugal. Referiu que a contabilidade pública era até ao 25 de Abril uma contabilidade de pregos. Posteriormente, o decreto-lei 243/79 tentou introduzir na contabilidade autárquica uma pequena evolução. Mais tarde, em 1983, o actual Presidente da República tentou que efectivamente o estado fizesse uma contabilidade parecida com o plano oficial de contas das empresas, mas infelizmente, tendo estado dez anos no poder não o conseguiu. Em 1993, tentou uma vez mais empurrar a contabilidade oficial e, uma vez mais não conseguiu. Posteriormente, em 1997, um sucessor já conseguiu empurrar o Dec-Lei 232 e, começou-se então a fazer uma contabilidade que hoje, permite aos Srs. Doutores formados em economia entenderem as contas públicas. A realidade disto é que é triste, porque o estado não faz a contabilidade de acordo com o POCAL e, no fim as autarquias têm uns parvos que a fazem. Referiu não ter formação que lhe permita analisar as contas, mas, tem 20 anos de gestão e, sentiu que há 4 anos se fez um grande esforço, principalmente a responsável que fez este trabalho, e lá se conseguiu começar a pôr em prática o POCAL. Adiantou que foi sem dúvida uma aventura, pois, a maior parte das Câmaras não o faz, simplesmente paga por fora para o fazerem. No entanto, perguntou quem é que fiscaliza todas estas contas depois de assinadas e aprovadas. É sua opinião, que ninguém dá um aval às contas depois de aprovadas e, que ninguém dá justeza às mesmas, a não ser a justeza política. Terminou dizendo que eram muito felizes em termos de funcionamento do POCAL e, deixou uma mensagem às Câmaras vizinhas para que fizessem também o POCAL e, de preferência sem a ajuda de outros.

O Membro Jerónimo Cavaco – informou que não ia fazer nenhum tipo de análise técnica, até porque pensa que muito pouco havia sido discutido em termos técnicos. Seguidamente, disse que efectivamente não estão tranquilos, e não estarão enquanto não se cumprir tudo aquilo que foi prometido aos municípios de Borba nos 2 actos eleitorais, aos quais já foram sujeitos. Já tinha tido oportunidade de expressar que a lista do PS tinha ganho as eleições de acordo com a vontade da população. Referiu mais uma vez a sua preocupação em relação à economia local, pois, não vê desenvolvimento nenhum se a mesma não existir. E, a sua preocupação parece-lhe óbvia, pois estão a trabalhar no sentido de criar infra-estruturas para que o concelho possa desenvolver esse mesmo tecido e, criar mais valias para o concelho. Em relação aos números dos documentos, disse que os mesmos têm a interpretação que cada um lhe quiser dar, independentemente do fundo de verdade que têm, ou que deixam de ter. Em relação à intervenção do deputado Vítor, explicou-lhe que há obras que têm um custo económico e, que algumas não serão uma mais valia para o concelho, mas têm com certeza um valor não mesurável a nível social que é importante que a todos possam satisfazer. Disse não questionar, como alguém já o tinha feito, se a obra do cine-teatro era um investimento no verdadeiro sentido do termo. O que afirma é, que socialmente para o concelho, é

com toda a certeza uma mais valia. Entende que a grande dificuldade assenta em se conseguir conciliar o lado social com o lado económico. Informou que todas as sugestões dadas pelas outras forças políticas são levadas a sério, mas infelizmente na sessão que estava a decorrer, e quando tudo tinha sido questionado, sugestões não foram ouvidas. Terminou dizendo, que estava convencido que ao longo de três anos e pouco de mandato que ainda falta, talvez as sugestões aparecessem.

O Membro Rui Bacalhau – em relação às questões técnicas disse, não ser preciso ser-se economista para se saber ler os números. Qualquer um sabia ver se as despesas de capital aumentaram, ou não. Adiantou que as contas eram apresentadas com muita transparência e isso era um facto, pois, se não o fossem não se mostrava o aumento da dívida, não se mostrava o aumento da dívida aos fornecedores, não se mostravam todas essas rubricas. Frisou que de uma vez por todas se desmontassem as questões técnicas, pois, tudo o que se avaliava era um documento político. Relativamente à dívida mencionada pela CDU, de cinco mil euros por dia, há que ver também o activo, não se pode só referir o passivo. (corte para virar a cassete) ... Aproveitou para fazer uma correcção á intervenção do deputado Joaquim Veiga, quando há momentos tinha referido que as despesas com pessoal tinham diminuído, não, não diminuiram. Ou seja, em termos absolutos estão a aumentar, em termos relativos, aí sim, estão a diminuir. Terminou dizendo que na sua opinião tinha havido alguns contributos nas intervenções anteriores, que se podia concordar com eles, ou não. Mas, estava convicto que o Sr. Presidente da Câmara iria tirar a nata de todas as intervenções.

O Membro Vítor Guégués – pediu a palavra para dizer ao deputado Jerónimo, que na relação aos contributos que havia falado, até lhe era possível enunciar 20 ou 30 e, que iria fazê-lo oportunamente com a sua força política. Em relação às obras sentimentais, frisou que tinham o seu valor, pois passou muitos anos da sua vida em Borba e, até regressa todos os fins-de-semana. Mas, é sua opinião que há coisas mais importantes para fixar os jovens em Borba, que não o cinema. Referiu que, existem tantas outras coisas para serem feitas. Não tem dúvidas que o cinema é um valor importante para o concelho, mas, quanto a si a estratégia devia ser outra. Pois, o cinema custou uma porrada de dinheiro e, podia ter-se uma sala com menos condições e aproveitar o dinheiro para outras obras sociais. Dando o exemplo da falta de alguns desportos que infelizmente não se podem praticar em Borba. Adiantou ainda, que muitos dos investimentos feitos não geraram rendimento adicional para a população.

O Membro Carlos Cabral – frisou a questão demográfica, pois, todos os estudos apontam para que não haja nenhuma recomposição demográfica no interior, antes pelo contrário, irá continuar a perder população. A sugestão é mudar-se a estratégia da forma de se olhar para esse problema. O que implica que as estratégias de planeamento sejam planeadas para a baixa densidade populacional e, não para a possível recomposição da população. O planeamento para o baixa densidade populacional implica de facto uma visão contrária do que é a história do planeamento em Portugal. Informou que vai entrar em discussão pública o plano nacional de ordenamento do território, que já traz pela primeira vez muitos dados sobre a questão da baixa densidade e, como é que se pode mexer nela. Quanto aos investimentos, disse que os mesmos não têm por si só um valor económico. Há a memória colectiva, a ligação à história, aos valores, são todas estas coisas muitas vezes bens imateriais mais importantes que os bens materiais. Não se pode olhar para cada investimento somente no seu aspecto material ou, no seu aspecto da valorização económica. Como é do conhecimento de todos, não nasceu em Borba, mas, já tinha tido oportunidade de visitar o cine-teatro e, considera que do ponto de vista imaterial e do ponto de vista da cultura é um investimento que já se deveria ter feito. Quanto à avaliação dos investimentos de uma autarquia pequena de baixa densidade e, a caminhar para mais baixa ainda, sendo pelo valor ou a mais valia que se pode tirar no futuro em termos económicos, então, mais vale fechar.

O Presidente da Assembleia Municipal – referiu que o documento em causa já havia sido bastante discutido pelas diferentes forças políticas, e como tal iria por último dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal – disse que na sua primeira intervenção já havia informado que não iria discutir o documento em causa de forma técnica, mas sim politicamente. Seguidamente, explicou ao deputado Vítor que algumas autarquias pagavam mais rapidamente, outras nem tanto. Adiantou-lhe ainda,

que da parte do executivo tem havido uma grande preocupação em pagar atempadamente às pequenas empresas. Informou que existem muitos mais investimentos para serem feitos de acordo com o programa eleitoral e, não fugiria ao mesmo um milímetro. Mencionou também que a Câmara Municipal não tem que servir de empresa para criar postos de trabalho, mas a Câmara pode criar mecanismos que permitam facilitar a instalação de empresas. É sua opinião que quantas mais empresas se instalarem no concelho, quanto melhor para todos. Quanto à intervenção do membro Sérgio, explicou-lhe que o que havia dito era que não pretendia deixar de fazer obras pelo facto de existirem dívidas. Quis deixar também claro que estava intranquilo com a dívida, mas estava ainda mais intranquilo com os mecanismos que teria que encontrar para poder dar continuidade às obras. Quanto ao tão falado cine-teatro, está convicto que estas obras até são geradoras de investimento e movimento para a terra. Quanto ao jardim municipal, disse ser motivo de orgulho a sua existência. Informou que tem feito um grande esforço para a dinamização de Borba e, deu como exemplo a sua divulgação dos vinhos. Afirmou que todos os esforços serão feitos para trazer para Borba a recuperação do património natural e cultural. Terminou a sua intervenção dizendo que não acredita na estagnação da população.

O Presidente da Assembleia – colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 13 votos a favor e 6 votos contra.

O Membro Sérgio Gazimba – apresentou declaração de voto (anexo 8).

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas.

O Presidente da Câmara Municipal – informou que em relação à alteração à Tabela, eram alterações pontuais e, que tinha que ver com algumas alterações a nível do cemitério, nomeadamente, em termos de aquisição de gavetões, o terrado de feiras e festas por m², a colocação de entulhos de obras particulares e, por último as questões do petróleo, o preço dos materiais.

O Membro Vítor Guégués – informou sobre as revisões de taxas municipais, que andam a ser feitas pelo País ao nível da cobrança de redes aéreas (mudança de cassete).

O Presidente da Câmara Municipal – informou que as alterações referidas pelo deputado Vítor Guégués já se encontram na Tabela de Taxas e, até já estão a ser aplicadas.

O Presidente da Assembleia Municipal – colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 14 votos a favor e 5 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Alteração ao Anexo A do Regulamento de Venda de Lotes do Loteamento Habitacional do Forno – Orada.

O Presidente da Câmara Municipal – esclareceu que tinha a ver com o lote A e B. Eram dois grandes lotes que existiam no loteamento da Orada, um era habitação uni familiar e, passou a habitação plurifamiliar. Quanto ao lote B, era comércio e serviços e, passou a habitação plurifamiliar, mas tinham que vir à Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal – colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à execução orçamental até Março, informou que, existe em termos de receita uma taxa de execução 5.35% e, em relação à despesa 6.18%. Com base no

orçamento de Março até 2006, temos taxas de receita de 21.42% e, de despesa de 24.17%. Em relação à situação financeira disse que ela estava bem espelhada no documento, como tal não ia repeti-la. Quanto à actividade do município, salientou apenas a questão da participação na Assembleia Distrital de Arraiolos, da qual assumiu a Presidência; uma reunião com empresas que se dedicam ao fornecimento de refeições escolares; participação na Assembleia-geral das Águas do Centro Alentejo; a reunião da constituição da Associação de Municípios da zona dos mármore, deslocação ao Ministério da Administração do Território e a deslocação ao Brasil. Seguidamente informou que brevemente iria realizar-se uma Assembleia extraordinária para a aprovação do PDM, pois está concluído.

O Vereador Artur Pombeiro – cumprimentou todos os presentes. Seguidamente, informou que as actividades referentes aos seus pelouros estavam descritas no documento presente, como tal, não iria fazer-se repetir. No entanto, estava disponível para prestar qualquer informação ou dúvida que surgisse.

O Vereador Humberto Ratado – cumprimentou os presentes. Seguidamente, informou que as acções mais relevantes estavam todas descritas no documento, mas, queria realçar a reunião realizada na direcção regional de educação, pois o ministério não tinha homologado nenhuma carta educativa até agora. Referiu também a reunião que houve na CCDRA, em representação do Senhor Presidente da Câmara (corte na gravação)...e , que houve também a necessidade de fazer uma reformulação na segunda fase da EB1 e jardins de infância.

O Membro Vítor Guégués – quis mencionar pequenos actos, que na sua opinião dignificam o impacto visual, como a limpeza dos molokes que estão espalhados pela Vila, e não esquecendo os vidrões. Mencionou ainda, a frontaria do Celeiro da Cultura, pois não acha digno a forma como se encontra. Uma outra sugestão, foi o ordenamento do trânsito na zona industrial, pois, vê-se a vergonha da utilização da via pública por parte de empresários. E isto, na sua opinião é inaceitável.

O Presidente da Câmara – respondeu e agradeceu ao deputado Vítor Guégués pelas sugestões dadas, mas eram assuntos que o executivo já havia equacionado. Referiu-lhe ainda, que há assuntos mais fáceis de tratar que outros. Quanto à questão do trânsito na zona industrial, há que se arranjar uma solução e, isso passaria por mudar todas as empresas para o alto dos Bacelos, mas iria com certeza conseguir soluções que minorassem o problema.

O Membro Sérgio Gazimba – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, o porquê da obra do mercado municipal de vez em quando parar, quais os motivos.

O Membro António Paixão – apresentou o seu descontentamento pelo facto de uma das EB1 da Freguesia de Rio de Moinhos ir ser encerrada no próximo ano lectivo. Seguidamente, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para quando estava previsto o final da estrada E-508.4 e, qual a informação que podia ser dada acerca do fornecimento de alimentação aos alunos da EB1 da Nora. Depois, uma congratulação pelo facto do impacto visual da sua Freguesia ter melhorado, dando alguns exemplos dessa mesma melhoria. E para terminar, lançou um desafio ao executivo camarário, para que se reunissem esforços e se levasse até à Freguesia de Rio de Moinhos, equipamento social, pois há grande carência do mesmo. Finalizou, lembrando o Senhor Presidente da Câmara, que todas as freguesias têm uma sede digna, à excepção de Rio de Moinhos.

O Membro Vítor Guégués – em relação às pedras espalhadas na zona industrial, eram bem mais fácil a utilização de todo o terreno junto á nova zona. Ou seja, arranjar uma zona temporária de deposição comum. Pois, mais uma vez disse que o impacto visual de tudo isto era muito mau. Terminou mencionando a rotunda da saída para Vila Viçosa, pois, a estátua em si dignifica a Vila, já a erva que a envolve não.

O Membro Carlos Cabral – tinha curiosidade de saber para quando está previsto a mudança e a inauguração dos serviços de notariado.

O Presidente da Câmara Municipal – Informou que o mercado municipal tinha tido um desencontro entre a estrutura e a cobertura, daí, ter sido lançado um concurso para o efeito. Seguidamente, mostrou também o seu descontentamento em relação à EB1 do Barro Branco, tanto assim, que deu origem a um comunicado aprovado pelo executivo camarário, o qual saiu para o jornal. Em relação à estrada 508.4 tem que ver o processo de expropriação, cuja vistoria vai ser feita brevemente e, seguidamente será concluída. Em relação à Junta de Freguesia, existem várias hipóteses para se fazerem alguns melhoramentos, lamentavelmente é uma das que não pode ser candidatada, como tal, tem que se conseguir uma solução para poder dignificar a existente. Quanto à estátua referida pelo membro Vítor, já haviam sido pedidas soluções para se acabar com as ervas. Para terminar, referiu-se ao serviço de notariado, dizendo que a informação que tinha era que de momento ainda não havia data definida.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que não havendo mais assuntos a tratar iriam ser lidas (em voz alta) e votadas as minutas do ponto da ordem do dia e encerrava a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Justificação de falta do membro Joaquim Cardoso

Anexo 2 – Justificação de falta do membro João Proença

Anexo 3 – Correspondência recebida

Anexo 4 – Correspondência Expedida

Anexo 5 – Moção apresentada pelo PSD

Anexo 6 – Petição apresentada pelo Membro Maria João

Anexo 7 – Declaração de voto apresentada pelo Membro Vítor Guégués

Anexo 8 – Declaração de voto apresentada pelo Membro Sérgio Gazimba